

MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 4/2007

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E SETE. -----

---Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e sete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 13 de Setembro de 2007, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Dois – Nomeação de auditor externo nos termos do nº2, do artigo 48º, da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro. -----

-----Ponto Três – Rectificação aos estatutos do CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A. – E.M. -----

-----Ponto Quatro - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). --

-----Ponto Cinco - Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a prédios degradados – artigo 112º, nº8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----

-----Vítor Dias da Silva; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
-----Benjamim Abalada Reis; -----
-----Paulo Alexandre Mateus Passos; -----
-----Carlos Miguel Timóteo Pires; -----
-----José Marques Aparício; -----
-----João Manuel Alves Gralha; -----
-----João Filipe Ricardo; -----
-----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----
-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----
-----Nuno Filipe da Fonseca Gameiro; -----
-----Fernando Martins Casquilho; -----
-----Manuel Pequito Cardoso. -----

Não comparecendo o Senhor Deputado Municipal Emmanuel José Amaral e Valter Augusto Peres Caldeira, tendo apresentado a respectiva justificação da falta e Inocêncio Rodrigues Cruz que não apresentou a sua justificação. -----

-----Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de permanência: Rui Constantino Martins e Manuel Maria Ferreira Honório e os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

-----Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a apreciação a acta número 3 da reunião do dia 29 de Junho de 2007, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

-----**Para intervir sobre a acta inscreveram-se os seguintes Deputados:** -----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** mencionou que o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira devido à sua ausência na Sessão da Assembleia apresentou um ofício com rectificações à acta. - **(vide anexo 1)**. -----

----- O Senhor Deputado **Benjamim Abalada Reis** solicitou rectificação na sua intervenção na página 25, onde consta “...no inicio ou no fim...”, deve constar “...no inicio e não no fim...”. -----

----- **Após as intervenções por parte dos senhores Deputados, foi submetido à votação o projecto da acta número 3/2007 da reunião realizada a 29 de Junho de 2007, sobre o qual foram propostas rectificações, tendo sido aprovado por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Deputados Vítor Dias da Silva e Fernando Casquilho.** -----

----- O Senhor Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 2)** -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** informou, quanto ao expediente, o Senhor Deputado Vítor Dias da Silva que foi solicitado parecer à CCRLVT sobre a situação do Senhor Nuno Gameiro, tendo sido requerido o seu pagamento, que já foi liquidado, mas ainda não foi remetido à Assembleia. ----

----- **Pelas 21h15m, compareceu na reunião a Senhora Deputada Maria do Rosário Lourenço M. Correia.** -----

----- **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal:** -----

----- O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** tomou da palavra para se congratular pela apresentação das placas Toponímicas, apresentando algumas objecções, tais como: -----

- A placa identificativa do Castelo de Almourol colocada no chão, na Rotunda junto aos Bombeiros; -----

- A ausência de placa a identificar o Museu Etnográfico 21; -----

- A ausência de placas identificativas do Castelo de Almourol na A23, assim como a sua falta no acesso da A23 pela estrada da Roda; -----

- Relativamente ao Centro Náutico referiu que tendo sido um investimento de custos avultados não se conhecem ainda quais os seus objectivos, nem qual o tipo de exploração e de gestão de que irá ser objecto. -----

- Por último referiu que a Carta Educativa é um documento mal construído sem perspectivas de futuro e que, ao contrário do que foi afirmado, o número de alunos na Escola da Atalaia tem vindo a aumentar. -----

----- O Senhor Deputado **Paulo Constantino** apresentou uma Moção sobre os “Passes sociais regionais/suburbanos do transporte ferroviário entre Lisboa e o Distrito de Santarém”. – **(vide anexo 3)** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão da Moção, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Deputados a discussão da Moção, para tal inscreveram-se os seguintes Deputados:** -----

----- O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que concorda com o conteúdo da Moção, mas informa que está indignado pelo facto do Partido Socialista estar incomodado com o seu próprio Governo, pois se o Governo fosse do PSD então aí haveria espectáculo. -----

----- O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que subscreve a Moção porque se trata de uma medida justa e afirmou que a culpa não é apenas do PS mas que o PSD também tem responsabilidades ao longo dos anos. -----

----- O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que os deputados municipais devem representar os Municípios do concelho independentemente do partido que estiver no governo, acrescentando que todos os esforços para defender os Municípios são bem-vindos. -----

----- **De seguida o Senhor Presidente colocou a Moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta, para efeitos imediatos.** -----

----- O Senhor Deputado **Benjamim Abalada Reis** apresentou um documento demonstrando a sua preocupação perante a situação da Fundação Dr. Francisco Cruz, que está a provocar um descontentamento na população da Praia do Ribatejo. - **(vide anexo 4)** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão da Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. ----- De Seguida o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Deputados a discussão da Proposta, para tal inscreveram-se os seguintes Deputados:** -----

----- O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou o Senhor Presidente da Câmara se existia alguma resposta ao inquérito realizado, conforme comunicado em anterior Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** em relação à Fundação Dr. Francisco Cruz referiu duas situações distintas: a primeira respeita ao processo que envolve a Câmara Municipal, com a qual havia uma parceria para a criação do CAT, Centro de Acolhimento Temporário, entretanto cancelada. Referiu que, para esse mesmo Centro, a Câmara Municipal celebrou uma nova pareceria com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha, tendo assinado

o contrato de comodato no dia 29 de Setembro de 2007; a outra situação refere-se à gestão da Fundação, sobre a qual a Câmara Municipal manifestou apreensão. Além disso, informou que a Fundação recorreu e que estão a ser realizadas diligências para a resolução do assunto. Referiu que é intenção da Câmara Municipal que este assunto não “caía” no esquecimento e que tudo fará para que o assunto se resolva. -----

----- O Senhor Deputado **Nuno Gameiro** referiu que a Assembleia poderia solicitar à Segurança Social informação sobre o resultado dos inquéritos feitos à Fundação Dr. Francisco Cruz e que estes fossem resolvidos o mais breve possível. -----

----- O Senhor Deputado **Benjamim Abalada Reis** solicitou que a Assembleia Municipal tomasse uma posição para que este assunto se resolva, para que acabe o mau estar entre a população. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que se tem de ter atenção que conforme disse o Senhor Presidente da Câmara existem dois aspectos distintos, o legal e o criminal. -----

----- A Senhora Deputada **Rita Inácio** interveio no sentido de informar que, na Assembleia de Freguesia da Praia do Ribatejo, foi notório o descontentamento da população e que se pretende que a Assembleia Municipal também solicite junto da Segurança Social que o processo se resolva o mais rápido possível para que esta situação termine. Referiu que se houvesse alguma informação da parte da Segurança Social, poder-se-ia informar a população para que os ânimos acalmassem e terminassem os insultos entre a Fundação e população da Praia do Ribatejo. -----

----- O Senhor Deputado **Nuno Gameiro** tomou a palavra para reforçar que a Assembleia Municipal deveria tomar uma posição em relação a este assunto. -

----- O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que se fosse uma Moção poderia dividir os deputados na sua votação, o que não considera correcto, e propôs que fosse feita uma recomendação junto das entidades competentes para que houvesse uma aceleração na resolução do processo. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para manifestar a sua concordância com a recomendação e manifestar o descontentamento e o mau estar sentido pela população. -----

----- O Senhor Deputado **Benjamim Abalada Reis** referiu que não falou em Moção, mas sim num pedido da Assembleia Municipal junto da Segurança Social para que o processo seja resolvido o mais rápido possível. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que não pode ser uma proposta porque teria de entrar na ordem de trabalhos. -----

--- **De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou a redacção à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.** -----

--- **Nesta altura, o Senhor Presidente da mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados uma proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público que foi aprovada por unanimidade, tendo-se inscrito os seguintes Municípios:** -----

----- O Município **Manuel António Picado Augusto**, morador na Rua da Barca, nº56, solicitou explicações acerca do espaço público de acesso à sua moradia, assim como a ausência de placa de identificação de obra licenciada. Interrogou a Câmara no sentido de saber como foi autorizada a construção de uma casa, naquele terreno, com as dimensões apresentadas que retira toda a visibilidade à sua moradia. -----

----- O Município **Fernando Vicência Bica** informou que, em frente à sua moradia, na Rua de Camões, nº30, existem uns pinheiros com grandes dimensões. Referiu que em 2001 houve uma deliberação camarária para o corte dos pinheiros, na qual foram dados 15 dias ao proprietário e que até à data nada aconteceu. -----

----- O Município **Jorge Ermitão** tomou a palavra para referenciar o mau estado de conservação da Estrada de Vale Seixo, que se encontra cada vez pior. Mencionou que os Habitantes da Peralva, Fontainhas, Carrazede, questionam o Senhor Presidente da Câmara se será necessário recorrer à Comissão Nacional de Eleições para que nova geração de patos que vai surgir até 2008 possa votar de modo a que seja feita a recuperação da estrada. -----

----- O Município **José Arrabaça** referenciou a falta de resposta por parte da Assembleia Municipal a um ofício enviado pela Assembleia de Freguesia de Moita do Norte, tendo adiantado que foi efectuado um pedido de revisão da instalação de caixotes do lixo e contentores da Moita do Norte e desejava saber para quando a resolução deste problema. -----

----- A Município **Catarina Augusto** reforçou o caso apresentado pelo Município Manuel António Picado Augusto, ou seja, o facto da sua moradia se encontrar tapada pela moradia em construção, assim como o seu acesso. -----

----- O Município **Paulo Tavares** referiu que esteve presente num Seminário na Chamusca que tem a ver com a Resitejo, onde se tratou de assuntos como o

aparcamento de resíduos perigosos e o aparecimento de uma incineradora de resíduos hospitalares do âmbito nacional. Referiu que a Câmara da Chamusca tem interesses e contrapartidas mas salientou a sua preocupação quanto ao facto se encontrar prevista a sua instalação a 5 km da Praia do Ribatejo. Referiu o facto de a Câmara de Constância já ter solicitado contrapartidas e manifestou preocupações. Salientou que o concelho da Barquinha vai ficar a uma curta distância do maior parque de tratamento de lixos perigosos. -----

----- O Senhor Deputado **João Gralha** manifestou-se surpreso com as afirmações visto ter informação de que a incineradora iria ficar a sul do concelho da Chamusca e não junto do concelho de Vila Nova da Barquinha. ---

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que não deseja contrapartidas nenhuma com a instalação da incineradora, o que deseja é que a incineradora não seja instalada no concelho. -----

----- O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** tomou a palavra para mencionar o problema da moradia do Município Manuel Picado. Referiu que em acta foi mencionado pelo senhor Presidente da Câmara que foi celebrado "...uma permuta em espécie que consiste na obrigação de uma escadaria pública para quem recebeu os 14 m² em questão...". Mostrou de seguida umas fotos da moradia do Senhor Manuel Picado antes da construção, assim como fotos da construção a ser executada em frente à sua moradia. Lamentou o que está a acontecer com estes Municípios e afirmou que deveria haver uma solução e que nunca deveria ter sido passada uma licença para uma construção desse tipo e nesse local. Apresentou um requerimento a solicitar cópia da acta onde foi aprovada a desafecção do domínio público da parcela de terreno de 14 m², na Rua da Barca. - **(vide anexo 5)**. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou o Senhor Município José Arrabaça que a carta foi respondida oralmente, pois não havia a necessidade de responder por escrito pelo facto de todos os meses o Senhor Presidente da Câmara reunir com o Presidente da Junta de Freguesia de Moita do Norte para tratar dos assuntos aí referenciados. -----

----- **De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Municípios:** -----

----- O Senhor **Presidente** tomou da palavra prestando os seguintes esclarecimentos: -----

- Em relação às placas toponímicas referiu que a primeira versão das placas não correspondeu ao que tinha sido solicitado pela autarquia e pelo Parque

Almourol, motivo pelo qual foram retiradas. Em relação ao papel colocado no chão a sinalizar o Castelo de Almourol, na rotunda junto aos bombeiros, referiu tratar-se de um “fait-divers” e comunicou que está prevista a colocação de uma placa de sinalização, até final do mês de Outubro, de dimensão semelhante às utilizadas pelas Estradas de Portugal com a designação de Castelo de Almourol. Além disso, as placas de sinalização da restauração serão colocadas brevemente, durante o mês de Outubro, visto que as placas inicialmente colocadas foram retiradas por não cumprirem a sua função, assim como a placa de sinalização do Museu 21. -----

- Relativamente ao Centro Náutico referiu que a Câmara de Vila Nova da Barquinha foi a primeira a demonstrar o descontentamento em relação à sua gestão e que em reunião da Sociedade Parque Almourol se enveredou no sentido de se arranjar outra entidade que possa fazer a gestão mais eficiente e que venha ao encontro do que era a vontade dos municípios de Vila Nova da Barquinha e Constância em relação aos Centros Náuticos. -----

- No que respeita à Carta Educativa referiu que esperava que a Câmara recebesse os parabéns pelo facto de o concelho estar a crescer 10% ao ano em número de alunos. Mencionou que na Escola de Vila Nova da Barquinha estão a funcionar 4 salas de aula, tendo sido necessário recrutar mais um professor que nos anos anteriores, devido ao facto do aumento de alunos, em resultado da opção estratégica de fornecer uma escola de qualidade e de excelência. -----

- A propósito da estrada da Roda referiu que a Assembleia já tomou uma posição e teve a resposta que teve e que a Câmara de Vila Nova da Barquinha não tomará nenhuma posição visto que a estrada referenciada é uma ligação entre duas estradas nacionais da responsabilidade da Administração Central, que não se pode demitir da mesma quando a JAE informou o Município de que tinha intenção de executar essa obra que ficou pendente face à urgência para a inauguração da IP6. Em contraponto, referiu que a estrada de Vale de Seixo é da responsabilidade do Município e que este tudo fará para a incluir no Quadro de Referência Estratégica nos próximos Fundos Comunitários. -----

- Relativamente à situação do Senhor Manuel Picado referiu que este caso decorre há muitos anos e que na altura este manifestou desejar que os acessos à sua moradia fossem melhorados. Entretanto surgiu a possibilidade de recuperar um imóvel degradado se fossem alienados pela Câmara os 14 m² confinantes, ao mesmo tempo que foi realizada uma permuta com o proprietário confinante em que o pagamento desses 14 m² foi feito em espécie

através da construção de uma escadaria com o arranjo de uma faixa útil de dois metros com uma dimensão superior à que anteriormente que dava acesso à moradia do Senhor Manuel Picado, num processo que teve a duração de 5 anos e foi aprovado pela Assembleia Municipal. Em relação às más condições de acesso durante as obras referiu que é normal e necessário para que se melhorem as condições. Por outro lado, referiu que a habitação em construção vai terminar em terraço para que a moradia do Senhor Manuel Picado não perca a visibilidade, tendo existido a preocupação técnica de minimizar os efeitos secundários de uma recuperação. Por último, deu o exemplo da construção do centro Náutico que também tirou a visibilidade à moradia existente nas suas traseiras. -----

- A propósito dos pinheiros junto à moradia do Senhor Fernando Vicência Bica referiu que vai solicitar à Protecção Civil um relatório técnico de averiguação da existência desse perigo para, caso venha a ser confirmado, se proceder à notificação do proprietário determinando um prazo para serem derrubados os pinheiros. -----

- Em relação à Estrada do Vale Seixo reconhece as más condições em que esta se encontra e que, ao contrário da estrada da Roda, é responsabilidade da Câmara Municipal a sua manutenção. Mencionou que o projecto de execução se encontra concretizado, mas que pelo facto do Município estar integrado na região de Lisboa e Vale do Tejo, em situação de “*Phasing-Out*”, e ter deixado de poder afectar Fundos Comunitários a estradas desde 2003/2004. Salientou que pretende contratualizar este projecto no âmbito dos próximos Fundos Comunitários, tendo esperança de lançar o concurso durante o ano de 2008. -

- Relativamente ao assunto apresentado pelo Senhor José Arrabaça informou que os assuntos mencionados na carta têm sido debatidos com regularidade em reuniões com o Presidente da Junta de Moita do Norte e que alguns deles já foram tratados e já voltaram a ser problema novamente, sendo debatidos e tratados regularmente. -----

- Por último, relativamente ao facto da instalação da Incineradora de Resíduos Hospitalares do âmbito Nacional, informou que não embarca em populismos como o ocorrido há uns anos atrás com a implementação de aterros sanitários que agora funcionam com normalidade. Mencionou que é mais perigoso ir ao Hospital visitar uma pessoa do que estar na Praia do Ribatejo ao lado de uma incineradora e referiu que estas são construídas com as melhores técnicas do

mundo. Deu o exemplo de uma bateria de um telemóvel como um resíduo perigoso. -----

----- De seguida tomou da palavra o Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** para dizer ao Senhor Presidente que não está de acordo, independentemente do cumprimento dos procedimentos legais. Mencionou o facto de o espaço ser uma serventia que sendo do domínio público não poderia ser modificada de qualquer maneira e que se fosse à frente de uma casa de um dos membros de certeza ninguém gostaria e de certeza que fariam de tudo para embargar a obra. -----

----- O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu o facto de a Câmara ter gasto € 15.000 na promoção de um monumento para um concurso televisivo com os resultados que foram obtidos e que para a colocação de umas placas toponímicas é necessário um financiamento internacional. Relativamente ao Centro Náutico a exploração e objectivo deveria estar pensado antes da execução da obra, pois começam a ser muitas as estruturas que se constroem sem terem um objectivo definido. Relativamente à instalação da Incineradora referiu que os próprios hospitais há muitos anos fazem a incineração dos resíduos hospitalares. -----

----- **Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.** ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 6)** -----

----- **Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal:** -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** solicitou informações sobre os seguintes assuntos: -----

- Sobre o projecto de investimento imobiliário; -----

- Qual o número de equipamentos informáticos nas escolas do concelho; -----

- Qual a situação do processo judicial com a API Parques; -----

----- O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou o executivo no sentido de saber por quem é concretizado o processo do PDM. -----

----- Nesta altura o Senhor **Presidente da Assembleia** interviu para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que o processo do PDM venha à Assembleia para que todos fiquem a conhecer o seu desenvolvimento. -----

----- O Senhor Deputado **Nuno Gameiro** solicitou que não fosse esquecida a colocação de uma placa identificativa da Igreja Matriz da Atalaia como vai ser feito para o Castelo de Almourol, referindo ainda que esta deveria ser também sinalizada na A23. -----

----- Relativamente à Igreja Matriz e à Capela da Atalaia requereu que a Câmara interviesse no seu projecto de iluminação. -----

----- Por último, solicitou que a Câmara agisse no sentido de serem retiradas as placas de eventos já realizados. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que subscreve a intervenção do Senhor Deputado Nuno Gameiro, mas referiu que para haver uma placa identificativa da Igreja seria desejável que esta não esteja sempre fechada, pois são muitas as pessoas que a desejam visitar e que têm de pedir a chave. -----

----- O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** solicitou informações sobre o sistema de drenagem das Limeiras e da Praia do Ribatejo, assim como sobre os resíduos domésticos. -----

----- **Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta:** -----

- Referiu que o projecto de investimento é na área do design de imobiliário para um lote do Centro de Negócios. -----

- Em relação ao material informático referiu que está concentrado na escola D. Maria II e que foi o agrupamento de escolas que escolheu a escola D. Maria II, e não a Câmara Municipal. -----

- A propósito do processo judicial com a API Parques informou que foi levantado um processo pelo facto de a Câmara não ter pago a última prestação visto que o serviço não foi completamente prestado. -----

- Relativamente ao PDM informou que são poucos os desenvolvimentos, tendo sido apenas concretizada a fase de definição e de caracterização. -----

- Em relação às placas toponímicas na A23, a Direcção da Estradas de Portugal informou que não havia cabimentação orçamental para 2007 e que a placa que identifica o Convento de Cristo de Tomar na A23 foi colocada pela própria autarquia. De igual modo informou que a placa toponímica do Castelo de Almourol será colocada no nó da Atalaia. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu para referir que se o PDM se encontra já está em fase da caracterização e definição a Assembleia ainda não tem conhecimento de nada. -----

Tomando novamente a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** em relação ao sistema de drenagem das Limeiras referiu que faz parte dos residuais domésticos, mais propriamente o esgoto. -----

----- Informou que foi primeiro realizado nas Madeiras pelo facto de serem incluídas na mesma área de drenagem e se estar a aumentar a área de influência da ETAR da Praia do Ribatejo, estando concluído o projecto do ponto de vista da execução. A razão da primazia das Madeiras resulta do facto de ser fisicamente possível e de poder ser executado apenas com um projecto suplementar em baixa devido ao acordo com os militares para a construção de um colector necessário ao seu funcionamento que vai atravessar a base aérea em toda a sua extensão. Relativamente às Limeiras referiu que o sistema irá obrigar a ETAR novas o concurso do projecto de execução será lançado durante o mês de Outubro, existindo zonas que à partida irão ficar excluídas, como sejam, o Cafuz, alguns casais, por falta de viabilidade económica face à sua dispersão e distância, mas que se espera poder vir a ser incluído no futuro. -----

----- Por último relativamente ao ruído na IC3 referiu que foi feito um ofício ao Instituto de Estradas de Portugal tendo sido respondido que as protecções sonoras seriam integradas num projecto de aplicação que se encontra em execução há algum tempo. Solicitou à Assembleia Municipal que também fizesse um ofício ao Instituto de Estradas de Portugal a pedir uma solução para o problema. Adicionalmente, informou que se prevê que o Governo tome uma decisão quanto à localização do novo Aeroporto entre Fevereiro/Março de 2008, caso se decida pelo concelho de Benavente pode tornar-se prioritária a intervenção de ligação do IC3 à A16, sendo que a conclusão do projecto de execução se encontra prevista para Março/Abril de 2008 e que ainda durante o ano de 2008 poderá ser aberto o concurso público para adjudicação desta obra. -----

----- **Ponto Dois – Nomeação de auditor externo nos termos do nº2, do artigo 48º, da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro.** -----

Após inscrições os Senhores Deputados realizaram as seguintes intervenções: -----

----- O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que este ponto foi retirado da última sessão da Assembleia sem explicação. -----

Requeru informação de quem foi a entidade ou técnico que fez a apreciação das propostas, por quem foi feito o plano de trabalhos e porque razão perdeu a proposta mais barata. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que tem competência própria para retirar pontos da Ordem de Trabalhos e que o fez por achar que este não reunia as condições para a sua aprovação. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que foi elaborado um trabalho pelo funcionário António Rodrigues e pela Jurista Dr.^a Patrícia para ser entregue aos senhores deputados que tem toda a informação para que possam melhor fazer uma análise das propostas apresentadas. Referiu que muitas vezes o mais barato não significa que seja a melhor proposta. -----

O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** referiu que a contratação de um auditor externo é uma obrigatoriedade da nova Lei das Finanças Locais. -----

---- **Tendo sido colocado à votação o pedido de nomeação de auditor externo, este foi aprovado por maioria com 1 voto contra do Deputado Vítor Dias da Silva do PSD e 2 abstenções dos Deputados Carlos Timóteo e João Filipe Ricardo da CDU e 14 votos a favor do PS e do PSD.** -----

---- **Este ponto da acta foi aprovado por unanimidade e em minuta, para efeitos imediatos.** -----

---- **Ponto Três – Rectificação aos estatutos do CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, S.A. – E.M.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que se trata de uma rectificação aos estatutos devido ao facto de haver alterações de denominação e na Lei.-----

---- **Tendo sido colocado à votação o pedido de rectificação dos estatutos, este foi aprovado por maioria com 1 abstenção do Deputado Vítor Dias da Silva do PSD e 16 votos a favor do PS, do PSD e da CDU.** -----

---- **Este ponto da acta foi aprovado por unanimidade e em minuta, para efeitos imediatos.** -----

----- O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** apresentou uma declaração de voto referindo que se absteve pelo facto de ter votado contra à constituição da Sociedade Gestora por a achar injustificável e que não votou contra pelo facto das alterações não serem substantivas. -----

----- **Ponto Quatro – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).** -----

----- **Ponto Cinco – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a prédios degradados – artigo 112º, nº8, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).** -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que a discussão fosse em simultâneo, sendo a votação em separado. -----

Referiu que, em relação ao ponto nº4, a obrigação anual que a Câmara tem para a fixação da Taxa do Imposto Municipal de Imóveis, esta privilegiou a estabilidade. Mencionou que no primeiro ano de aplicação do IMI a Câmara optou pelas taxas máximas, de acordo com a recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), e que pelo 4º ano consecutivo o valor seria o mesmo e que a taxa proposta é de 0,7% para os imóveis que têm avaliação e para os que não têm avaliação é de 0,4%. Salaria que os 0,7% representam menos 12,5% do que a taxa máxima e no caso dos que estão com a nova avaliação representa menos 20% relativamente à taxa máxima. -----

----- Informou que se trata de um valor intermédio e que não será necessário fundamentar a necessidade que a Câmara têm de ter receitas próprias, mas na sua opinião deve manter-se a estabilidade. Referiu que 0,4% sobre 80% do valor do mercado é um esforço maior do que 0,8% sobre a matriz que tem um valor bastante baixo. Mencionou que a Câmara de Vila Nova da Barquinha apresenta os valores mais baixos comparativamente com as restantes autarquias das zonas limítrofes. -----

----- Relativamente ao ponto nº5 referiu que se trata de um sinal mais simbólico do que substantivo, encontrando-se a Câmara numa nova fase de novas vistorias, novas notificações relativamente aos degradados e que a não considera adequada a conduta de quem tem imóveis degradados e que não os põe no mercado, não os arrenda e não os recupera. Salaria que existem muitos casos nessa situação, que no caso do plano de salvaguarda de Tancos são cerca de €144 a mais e no caso de Vila Nova da Barquinha são cerca de €1.000. Referiu que tem de se manifestar o desvalor relativamente aos proprietários que não zelam pelo seu património e não estão disponíveis para o rentabilizar. -----

----- **Após inscrições os Senhores Deputados realizaram as seguintes intervenções:** -----

----- O Senhor Deputado **Carlos Timóteo** na sua intervenção referiu que em relação ao ponto nº4, que visto a proposta ser a mesma, os argumentos dos membros da CDU serão os mesmos assim como a votação. Saliu que a classe política pensa que é sempre a melhor gestora dos dinheiros do que as próprias pessoas. Referiu que a comunicação social tem dado imagem que um português trabalha metade do mês para pagar impostos e outra metade para viver. Mencionou que as receitas têm vindo a subir e que é possível que haja uma subida muito considerável não se justificando que não haja um abaixamento pois a classe política deve zelar, mesmo a nível local, pelo rendimento dos agregados familiares e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus munícipes. Informou que o Governo do Partido Socialista não facilita o que faz com que a Administração Local siga o seu exemplo e não facilita nas taxas. Por último referiu que 0,6% seria uma taxa mais equilibrada, até por uma questão de atractividade em relação aos concelhos vizinhos. -----

----- O Senhor Deputado **José Marques Aparício** relativamente ao ponto nº4 referiu que a taxa poderia ser um pouco mais leve, por outro lado em relação ao ponto nº 5 mencionou que na sua opinião é uma situação injusta, visto que a majoração opera apenas em Vila Nova da Barquinha e Tancos, e não se aplica nas restantes freguesias do concelho. -----

----- O Senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu para propor o prolongamento da sessão além das 24 horas até ao término da ordem de trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu ter solicitado à Câmara que realiza-se um estudo aprofundado sobre a aplicação das taxas relativamente ao IMI. Referiu que este imposto tem subido significativamente. Referiu que a Câmara deveria ter em conta que o concelho possui uma população com mais dificuldades do que os concelhos limítrofes, que tem beneficiado, nos últimos anos, de uma significativa migração de gente para o concelho para construir a sua casa, devido às melhores condições de vida. Mencionando as palavras do Senhor Presidente da Câmara em relação à injustiça nas novas avaliações e solicitou que a Câmara trabalhasse no sentido de corrigir essa justiça, pois a Câmara não tem tido perda de receita antes pelo contrário esta tem vindo a aumentar progressivamente. Referiu que iria votar contra esta proposta devido ao facto de que a Câmara deveria fazer justiça. -----

----- Relativamente ao ponto nº 5 mencionou a injustiça de a taxa ser só aplicada aos degradados de Vila Nova da Barquinha e Tancos, porque têm plano de salvaguarda e não às outras freguesias do concelho. Considera que a Câmara deveria ter uma prática activa de contactar as pessoas com imóveis degradados no sentido destas os recuperarem. -----

----- O Senhor Deputado **Paulo Constantino** referiu que em relação ao IMI, parece razoável a taxa aplicada, mas é de todo desejável que conforme a situação orçamental melhor possa haver uma progressiva redução nos impostos. Mencionou que a principal parte da carga fiscal de impostos não tem origem nos impostos municipais mas sim dos impostos administrados centralmente, cabendo ao Governo a atitude de redução de carga fiscal que incide sobre os contribuintes que espera vir a acontecer no futuro. Por outro lado, considera importante a implementação da completa e sistemática avaliação de todos imóveis segundo os novos critérios do IMI de modo a que se possam baixar as respectivas taxas e traduzir a reforma do IMI em justiça fiscal. -----

----- **Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta:** -----

----- Referiu que se podia arranjar um concessão entre todos, e que poderia ser aprovado por unanimidade, em que a Câmara propunha as taxas mínimas, 0,2% e 0,4%, em relação às taxas todos votariam pela isenção, em relação ao IRS desceria os 5% e que a autarquia abdicasse deles e que até a água fosse paga a baixo custo, assim, todos estariam de acordo. Salientou que as coisas não poderão ser assim uma vez que como presidente da Câmara não tem poderes e têm que gerir para que se tenha receita. Informou que se houve um aumento do IMI, deve analisar-se a passagem da SISA para o IMT, em que houve uma grande descida da receita. Mencionou que para a Câmara de Vila Nova da Barquinha houve uma grande descida, superior a 100.000 contos, 500.000 euros. -----

Relativamente à situação dos degradados informou que se trata de um sinal e o que a política de ataque aos degradados tem um conjunto de medidas que não se esgota naquela majoração, sendo exemplo disso o que se está a fazer no edifício ao lado dos Serviços Camarários, numa parceria Público-Privada, facto que já levou uma série de Câmaras a solicitar o caderno de encargos e que espera até ao final do ano fazer um novo lote e arranjar uma nova parceria Público-Privada. -----

----- **Tomando novamente a palavra os senhores deputados referiram o seguinte:** -----

----- O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que a majoração não incentiva ninguém que tenha degradados e que é uma injustiça para as Freguesias de Vila Nova da Barquinha e Tancos, pois são as únicas onde está a ser aplicada. Mencionou que são muitas as dificuldades para os jovens, principalmente para quem quer comprar casa, e que as Câmaras deveriam agir de acordo com preocupações de carácter social proporcionando uma redução mínima das taxas propostas que não resultaria em grande prejuízo para a Câmara. -----

----- Tomando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que o problema dos impostos resulta dos disparates dos governos anteriores, porque quando se faz determinados gastos sem que não haja rendimentos irá pagar-se mais tarde. -----

----- Mencionou que o retorno dos impostos não tem sido mau pois a qualidade de vida no concelho de Vila Nova da Barquinha tem vindo a aumentar. -----

----- **Tendo sido colocado à votação o pedido de autorização para a Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), este foi aprovado por maioria com 3 votos contra dos Deputados Vítor Dias da Silva do PSD, João Filipe Ricardo e Carlos Timóteo da CDU e com 2 abstenções dos Deputados José Marques Aparício e Rosário Correia do PSD.** -----

----- **Tendo sido colocado à votação o pedido de autorização para a Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a prédios degradados, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Deputados Vítor Dias da Silva e José Marques Aparício do PSD e 3 votos abstenções dos deputados Carlos Timóteo, João Filipe Ricardo da CDU e Rosário Correia do PSD.** -----

----- **Estes pontos da acta foram aprovados por unanimidade e em minuta, para efeitos imediatos.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão. -----

E para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários. ---

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

Lista de Anexos

- Anexo nº1 Aditamento à acta de 29 de Junho apresentado pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.
- Anexo nº2 Lista de Expediente.
- \Anexo nº3 Moção apresentada pelo Deputado Municipal Paulo Constantino acerca dos Preços praticados pela CP nos Comboios.
- Anexo nº4 Proposta apresentada pelo Senhor Deputado Benjamim Abalada Reis sobre a situação da Fundação Dr. Francisco Cruz, da Praia do Ribatejo.
- Anexo nº5 Requerimento apresentado pela Coligação Democrática Unitária, acerca da desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com 14 m² na Rua da Barca.
- Anexo nº6 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.